

APOSENTADORIA



MARIA MORREU SEM SE APOSENTAR

É ISSO QUE O GOVERNO QUER DE VOCÊ!

Expediente

Sinpro(sede): SIG, Quadra 6, lote nº 2260, Brasília-DF
Tel.: 3343-4200 / Fax: 3343-4207
Subsede em Taguatinga: CNB 4, lote 3, Inja 1.
Telefax: 3562-4856 e 3562-2780
Subsede no Gama: SCC, bloco 3, lote 217/39, sala 106.
Telefax: 3556-9105
Subsede em Planaltina: Av. Independência, quadra 5, lote 8, Vila Vicentina.
Telefax: 3388-5144
Site: www.sinprodf.org.br
e-mail: imprensa@sinprodf.org.br
Secretaria de Imprensa: Cleber Ribeiro Soares, Samuel Fernandes e Cláudio Antunes Correia (Coordenador)
Editor: Tomaz de Alvarenga
Jornalistas: André Barreto, Carla Lisboa, Luis Ricardo Machado e Tomaz de Alvarenga
Revisão: José Antônio de Oliveira
Diagramação e capa: Eduardo G. Antero
Fotos: Deva Garcia, Marcelo Borges e José Paulo de Oliveira (ECOM)
Impressão: Palavra Comunicação
Tiragem: 38.000 exemplares
Distribuição gratuita. Permitida a reprodução, desde que citada a fonte.

Secretaria de Administração e Patrimônio
Carlos Crane Nascimento – Coordenador
Carlos de Souza Maciel
Nilza Cristina G. dos Santos

Secretaria de Assuntos dos Aposentados
Sílvia Canabrava de O. Paula – Coordenadora
Marilange da Silva Vianna
Delzair Amancio da Silva

Secretaria de Assuntos Culturais
Thais Romanelli Leite – Coordenadora
Elceuda Silva de França
Ticho Lavener

Secretaria de Assuntos Jurídicos Trabalhistas e Socioeconômicos
Dimas da Rocha Santos – Coordenador
Cássio de Oliveira Campos
Ilson Veloso Bernardo

Secretaria de Assuntos e Políticas para Mulheres Educadoras
Vilmara Pereira do Carmo – Coordenadora
Marta Goretti Oliveira Cunha
Ruth Oliveira Tavares Brochado

Secretaria de Finanças
Rosilene Corrêa Lima – Coordenadora
Polyhton de Oliveira Lima
Mariana Cristina Sant'Ana Cardoso

Secretaria de Formação Sindical
Luciana Custódio de Castro – Coordenadora
Jairo Mendonça
Magneete Barbosa Guimarães (Meg)

Secretaria de Imprensa e Divulgação
Cláudio Antunes Correia – Coordenador
Cleber Ribeiro Soares
Samuel Fernandes da Silva

Secretaria de Raça e Sexualidade
Elbia Pires de Almeida – Coordenadora
Letícia Vieira Montandon
Jucimeire Barbosa da Silva

Secretaria de Saúde do Trabalhador
Manoel Alves da Silva Filho – Coordenador
Gilza Lúcia Camilo Ricardo
Alberto de Oliveira Ribeiro

Secretaria de Organização e Informática
Julio Barros – Coordenador
Francisco de Assis S. Lima
Luciano Matos de Souza

Secretaria de Política Educacional
Berenice Darc Jacinto – Coordenadora
Anderson de Oliveira Correia
Regina Célia T. Pinheiro

Secretaria de Políticas Sociais
Gabriel Magno Pereira Cruz – Coordenador
Hamilton da Silva Galiana
Yuri Soares Franco

CONSELHO FISCAL
Enóquio Sousa Rocha
Jailson Pereira Sousa
Joana Darc Ferreira Soares
Joana Brito M. Rodrigues
Miguel dos Santos Barret



O MOMENTO É DE LUTA CONTRA PROJETOS QUE RETIRAM DIREITOS JÁ GARANTIDOS DOS TRABALHADORES

O ano de 2017 promete ser de muita luta. O governo ilegítimo de Michel Temer (PMDB) tem pressa para aprovar projetos que vão penalizar a classe trabalhadora, sob a desculpa do já surrado termo “ajuste fiscal”, que na verdade só aperta o calo da base da pirâmide social, dos mais pobres, enquanto os mais ricos continuam proporcionalmente sendo os menos atingidos pelas medidas econômicas do governo golpista.

Mas as ameaças vão muito além do campo econômico. A PEC nº 287/2016, chamada de “reforma da Previdência”, deve ser renomeada para “fim da Previdência”, por esmagar os direitos da classe trabalhadora, por quebrar a seguridade social, promover a insegurança jurídica, violar legislações, atentar contra os direitos humanos e penalizar o(a)

trabalhador(a). É uma catástrofe trabalhista, que está devidamente esmiuçada nesta edição.

Outro projeto que sentenciará milhões de estudantes e educadores(as) de todo o país a dias cada vez mais áridos na Educação pública, é a PEC nº 55/2016 (antiga PEC nº 241), que reforma o Ensino Médio. Que o Ensino Médio precisa ser reformado, é quase um consenso, porém, essas mudanças precisam ser debatidas e da forma que foram implementadas por este governo, através de uma canetada, por pessoas que jamais pisaram no chão da escola pública, terão consequências trágicas para as próximas gerações de estudantes e para a própria categoria, pois o texto não resolve os principais problemas do Ensino Médio e o precariza.

São inúmeras frentes de ataques aos direitos já adquiridos por

professores(as) e orientadores(as) educacionais. No Distrito Federal, a realidade não é diferente. O governador Rodrigo Rollemberg (PSB), em várias de suas ações, deixou bem claro que Educação está muito longe de ser uma prioridade para ele. O sucateamento das escolas, a falta de contratação de professores(as) e orientadores(as) educacionais, o atraso no pagamento do 13º salário, a ameaça do não pagamento das férias, o não pagamento da pecúnia da licença prêmio aos(as) recém-aposentados(as), o congelamento do auxílio alimentação, são alguns exemplos da política neoliberal aplicada pelo governador.

Além da mobilização e resistência a todos estes ataques, o desafio da categoria já foi definido por ela mesma: reajuste salarial de 18%, para que professores(as) e orientadores(as) educacionais continuem

caminhando rumo a média salarial das carreiras de nível superior do DF, de acordo com a Meta 17 do Plano Distrital de Educação (PDE).

A resposta da classe trabalhadora terá que ser com organização, disposição para a luta, para que esses retrocessos sejam impedidos e para que a categoria possa continuar tendo seus direitos garantidos. Imbuídos deste sentimento, professores(as) e orientadores(as) educacionais de todo o país, durante o 33º Congresso da CNTE – Paulo Freire: Democracia e Resistência, aprovaram o indicativo de greve nacional para o próximo dia 15 de março.

No Distrito Federal, os próximos rumos da categoria e todas estas questões de retiradas de direitos serão debatidas na próxima Assembleia Geral, no dia 13 de fevereiro, na Praça do Buriti. Participe!

ROLLEMBERG CONTINUA DESRESPEITANDO PROFESSORES E ORIENTADORES APOSENTADOS

O GDF NÃO RESPEITA PRAZOS, NÃO CUMPRE ACORDOS DEFINIDOS E INSISTE EM DEIXAR OS EDUCADORES SEM O QUE LHE É DE DIREITO. A DESCONFIANÇA DA CATEGORIA É GENERALIZADA

O Governo do Distrito Federal entrou em contato com a Comissão de Negociação do Sinpro no último dia 18 de janeiro, apresentando mais um cronograma de pagamento da pecúnia da licença prêmio dos(as) professores(as) e orientadores(as) educacionais aposentados(as) de agosto a dezembro de 2015. Os compromissos e prazos, costumeiramente, são desobedecidos. O GDF tinha que ter quitado todos(as) os(as) aposentados(as) de 2015 no dia 16 de janeiro e isso não ocorreu. O governo apresentou mais um cronograma, no qual o crédito para o pagamento dos que se aposentaram em agosto de 2015 deveria ser feito até o último dia 19 de janeiro. O GDF ainda informou que o pagamento para aqueles que se aposentaram em setembro de 2015 será feito no dia 16 de fevereiro e os demais grupos (meses) de 2015, até o dia 22 de fevereiro.

Apesar de a Comissão de Negociação estar em contato permanente com o Secretário de Educação Júlio Gregório, a pasta não se empenhou para cumprir suas obrigações administrativas. A Secretaria de Educação desrespeitou os prazos burocráticos para que o crédito fosse autorizado e creditado na data prometida anteriormente (16 de janeiro). Ironicamente, outras Secretarias do GDF cumpriram todas as formalidades burocráticas e os pagamentos foram realizados normalmente.

“Continuaremos cobrando o cumprimento do acordo firmado com a categoria e que esta pecúnia, que é garantida por lei, seja paga a todos que contribuíram



Por nove dias, em protesto, os(as) aposentados(as) acampam no Palácio do Buriti

durante boa parte da sua vida para uma educação pública de qualidade”, salienta a diretora do Sinpro Rosilene Corrêa, lembrando que em 2016 já existem mais de 1000 aposentadorias acumuladas e sem pagamento.

“Esses atrasos por parte do GDF começaram em abril de 2015. O governo só quitou as pecúnias dos(as) aposentados(as) de julho de 2015 em dezembro de 2016. Nós não vamos desistir. Continuaremos na luta até que todos recebam o que lhes é de direito”, diz Sílvia Canabrava, coordenadora da Secretaria para Assuntos dos Aposentados do Sinpro.

A Comissão de Negociação do Sindicato está cobrando permanentemente o cumprimento do acordo e o pagamento do

que é devido. É inconcebível que esta situação se prolongue ainda mais. O Sinpro exige que o governador cumpra a sua palavra, respeite a Lei nº 840/2011 e pague o que é devido a todos(as) professores(as) e orientadores(as) educacionais aposentados(as).

“ Não vamos desistir. Continuaremos na luta, até que todos recebam o que lhes é de direito ”

Sílvia Canabrava, diretora do Sinpro

GOVERNO FEDERAL IMPÕE SACRIFÍCIO AO POVO PARA FAVORECER SISTEMA FINANCEIRO

O AJUSTE FISCAL CONGELA POR 20 ANOS OS INVESTIMENTOS NOS SERVIÇOS PÚBLICOS E NÃO INTERFERE NO VOLUME DE RECURSOS DESTINADOS AO PAGAMENTO DA DÍVIDA PÚBLICA. COM ISSO, LANÇA O BRASIL NO MAIOR RETROCESSO ECONÔMICO DA HISTÓRIA

O verdadeiro sentido do golpe perpetrado contra o governo popular eleito se tornou claro em dezembro do ano passado, com a aprovação da PEC nº 55/2016, promulgada como Emenda Constitucional número 95/2016 (EC nº 95/2016).

O objetivo era impor ao país 20 anos de ajuste fiscal e uma política de Estado Mínimo a fim de barrar o projeto desenvolvimentista e liquidar com a política social que vinha melhorando as condições de vida dos brasileiros.

No entendimento de Rosilene Corrêa, coordenadora da Secretaria de Finanças do Sinpro, os impactos da EC nº 95/2016 serão fortes sobre todos os setores do Estado que a população mais precisa, porém, é sobre a educação e a saúde que o ajuste fiscal irá pesar. “Esse governo optou por sacrificar o povo em vez de adotar o ajuste sobre as despesas financeiras, como, por exemplo, sobre o pagamento de juros e amortização da dívida pública – que consomem aproximadamente

45% do Orçamento Geral da União”, comenta.

A diretora do Sinpro diz que, “em vez de optar por mudanças na estrutura da arrecadação por meio do aumento de impostos ou mediante uma reforma na estrutura tributária, que corrija o caráter regressivo da tributação brasileira e uma reforma tributária que elimine as injustiças do sistema de arrecadação de impostos, preferiu impor o ajuste sobre despesas primárias, que têm impacto direto na vida da classe trabalhadora”.

A EC nº 95/2016 é considerada uma aberração que nenhum governante de países obrigados pelo sistema financeiro internacional a adotar o ajuste fiscal teve coragem de pôr em curso. Trata-se de uma gestão financeira tão perversa que até a Organização das Nações Unidas (ONU) divulgou nota contra a medida. O relator para Extrema Pobreza e Direitos Humanos, Philip Alston, alertou que a PEC nº 55/241 (ou EC nº 95/2016) é uma medida “radical e sem compaixão que irá atar as mãos dos futuros governantes e terá impactos severos sobre os brasileiros mais vulneráveis, além de constituir uma violação de obrigações

“Este governo optou por sacrificar o povo em vez de adotar ajustes nas despesas”

Rosilene Corrêa,
diretora do Sinpro

internacionais do Brasil”.

De nada adiantou, a PEC nº 55 / 241 foi aprovada por 53 votos a 16 na segunda votação do plenário do Senado Federal e promulgada, em dezembro, como emenda constitucional que inseriu mais cinco artigos no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) para impor retrocessos sociais, trabalhistas, patrimonial entre outros ao país.

Uma pesquisa do Instituto Datafolha, realizada com 2828 pessoas, entre os dias 7 e 8 de dezembro, dava conta de que 60% dos brasileiros eram contrários ao projeto. Apenas 24% se mostraram favoráveis, 4% se disseram indiferentes e 12% não souberam responder.

O novo regime fiscal instituído pela EC nº 95/2016 não revoga as disposições da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) – criada no governo Fernando Henrique Cardoso (FHC) para atender às exigências do mercado financeiro – o que significa que sua aplicação seguirá os ditames da LRF.

Uma análise do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese) esclarece que o substitutivo aprovado fixou o valor de 7,2% como índice de correção das despesas em Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE) de 2016 para constar na Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2017. A partir de 2018, o índice de correção previsto para o reajuste da MDE passa a ser o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) aferido de julho do ano anterior a junho do ano de elaboração da proposta orçamentária.

Um dos dispositivos expres-

sos pela EC nº 95/2016 é o de desvincular de percentuais da receita as aplicações mínimas com educação e instituir uma nova fórmula de cálculo do piso, com base no mínimo aplicado em 2017, reajustado pelo IPCA. Em nota técnica divulgada no ano passado, o Dieese informou, dentre outras coisas, que a nova forma de vinculação pode representar,

“A PEC 55 é uma medida radical e sem compaixão sobre os mais vulneráveis”

Philip Alston,
ONU

na hipótese de crescimento real da receita, menor grau de proteção para a área da educação em relação ao piso calculado pelos critérios anteriores.

No entanto, segundo análise do Dieese, em relação à educação, o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) foi ressaltado do teto de gastos e as despesas financeiras (caso do FIES) e a renúncia de receita (caso do PROUNI) não se submetem à regra fiscal, vez que esta somente se aplica a despesas primárias. “Isso seria um aspecto positivo para esses gastos com os estudantes, em que pese não termos garantia alguma de que esses projetos terão continuidade nesse governo golpista”, diz o técnico da entidade, Haroldo Fernandes, assessor técnico da Confederação

Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE).

Ele explica que a desvinculação de percentuais da receita e o novo método de cálculo têm vigência pelo período de 20 anos (até 2036), já que a revisão do método de correção, prevista a partir do décimo exercício, refere-se apenas à correção do teto estabelecido, e não para o cálculo dos pisos dessas áreas. Com o fim do Novo Regime Fiscal, o valor mínimo da saúde voltará a corresponder a 15% da Receita Corrente Líquida (RCL) e, o da educação, a 18 % da Receita de Impostos Líquida de Transferências.

No exercício de 2017, as aplicações mínimas em ações e serviços públicos de saúde e em manutenção e desenvolvimento do ensino ainda seguirão essas regras permanentes. O adiamento em um exercício para a correção da despesa nas áreas de saúde e educação, perante as demais despesas, teve por objetivo não utilizar como base de cálculo um ano – 2016 – em que as receitas federais tiveram queda real. Isso significa que as regras nefastas da EC 95 para a educação valerão apenas a partir de 2018, quando o montante de recursos



A população foi às ruas protestar contra esses projetos que penalizam a parcela mais pobre do povo

para a educação será corrigido apenas pelo IPCA.

As perdas para educação estão estimadas pela própria Consultoria de Orçamento da Câmara dos Deputados, em estudo realizado em agosto de 2016, portanto, sob o texto da PEC nº 241/2016, que teve modificações em relação ao que foi realmente aprovado e

hoje consta como EC nº 95/2016, em mais de R\$ 13,3 bilhões até 2025. Essa projeção de perdas para a educação foi baseada em estimativas que levaram em conta as regras atuais de reajuste do recurso para MDE (18% da Receita Líquida de Impostos) e as estimadas em correção feita apenas pelo IPCA/IBGE.

Importante destacar que o impacto na educação do Distrito Federal será menor do que o projetado para outras unidades da Federação, uma vez que metade dos salários dos profissionais de educação do DF é pago com recursos do Fundo Constitucional do Distrito Federal (FCDF), que ficou de fora desse novo regime fiscal. O reajuste do FCDF

seguirá as mesmas regras que têm hoje (variação da Receita Corrente Líquida da União – RCL), o que também não é nenhuma grande vantagem, já que o crescimento da RCL da União está comprometido, ao menos no curto prazo, em razão do baixo crescimento econômico que o Brasil vive atualmente sob a gestão do atual governo golpista.

2017 - Sem temer

O ano de 2016 ficará marcado como um período de muita ebulição política e social. 2016 começou sob a possibilidade de impedimento, sem justificado motivo constitucional, da presidenta eleita com a maioria de 54,5 milhões de votos e terminou governado por Temer, um governo comprometido com o projeto de poder antagônico aos interesses e reivindicações da classe trabalhadora. O governo de Temer encaminhou ao Congresso projetos que desmontaram a concepção de Estado de direito, transformando a Constituição Federal em letra morta. A PEC 55, aprovada pelo Congresso Nacional em dezembro de 2016 e transformada em EC 95/16, limitando em 20 anos investimentos sociais, mas, permitindo que gastos com pagamento de juros da dívida pública não sejam limitados é um desses projetos. Além deste, há outros projetos tão

nefastos quanto. A proposta de reforma da Previdência, que prevê 49 anos de contribuição como condicionante para aposentadoria integral; a reforma trabalhista, que estabelece a prevalência do negociado sobre o legislado, permitindo, com isso, a flexibilização de direitos, como, por exemplo, o pagamento do 13º salário e o gozo de férias, bem como a possibilidade de jornada de trabalho de 12 horas diárias, a ampliação do processo de terceirização, a redução da multa sobre o FGTS (1% por ano, até total extinção do valor) paga pelo empregador para o governo, medida que, certamente, estimulará demissões. Especificamente na educação, além da proposta de redução de R\$ 4,2 bilhões, inserida no orçamento de 2017, o governo de Temer apresentou uma série de medidas que propõe um recorte de classe, como a Medida Provisória (MP)

746 e o fim do atual projeto “Ciências sem Fronteiras”, exemplos de ações que precisam ser combatidas e derrotadas. Mas além de Temer, tem a luta. Apesar de Temer ter em conjunto com seus aliados, aprovado na casa do povo, sem a presença do povo, boa parte da agenda das reformas, a resistência demonstrada nas ruas e nas ocupações estudantis, indicam que é preciso e possível potencializar as mobilizações contra as reformas antipovo. Para tanto, é fundamental dialogar com cada pessoa, denunciando que as reformas propostas por Temer e seus pares tem recorte de classe, por isso, é necessário ir além das (des)informações veiculadas pela grande mídia, é preciso produzir conhecimento, construir mobilização e concretizar a resistência nas ruas e nas redes, rumo à vitória da classe trabalhadora.



Cleber Soares - Diretor do Sinpro, graduado em filosofia e especialista em educação



ROLLEMBERG: TEMPOS DE INEFICIÊNCIA E DESGOVERNO

PASSADOS DOIS ANOS À FRENTE DO EXECUTIVO, O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL CONTINUA DANDO PROVAS DE QUE NÃO SE ADEQUOU AO CARGO

Ao longo desse tempo, o governador confirmou que é incapaz de adotar qualquer prática de gestão que melhore a vida das pessoas. Continua mentindo quando joga a população contra os servidores e adota posturas próprias do autoritarismo quando coloca a polícia para agredir os(as) jovens, os estudantes e os(as) trabalhadores(as).

A cidade assiste estupefata ao caos na saúde, estimulado intencionalmente pelo GDF para justificar a privatização deste serviço. Presencia-se, também, o crescimento da violência urbana. Em todas as áreas de governo, o que se vê é o mais absoluto descaso. A sensação da população é que não existe governador no DF.

O que se assiste é a uma série de calotes a partir do descumprimento da legislação local. Com o eterno discurso de que não há dinheiro em caixa, verifica-se um rápido movimento do GDF para investir na precarização do serviço público para, na sequência, privatizá-lo. "O sucateamento das escolas, a falta de contratação de professores(as) e de orientadores(as) educacionais, o atraso nos pagamentos do 13º salário, a ameaça de não pagamento das férias, a ameaça de não pagamento do próximo salário, o não pagamento da pecúnia da licença-prêmio aos recém-aposentados(as), o congelamento do auxílio-alimentação... São muitas as perversidades, que dão a dimensão desse movimento contra a escola pública", disse o

coordenador de Imprensa do Sinpro, Cláudio Antunes.

Pecúnia da licença-prêmio - O dirigente lembra um episódio que se tornou emblemático na política do GDF para com os educadores(as): o não pagamento da pecúnia da licença-prêmio a professores(as) e orientadores(as) educacionais aposentados(as) - um direito da categoria assegurado em lei.

Após meses de negociação e diante da recusa do governo em pagar o que devia, um grupo de educadores(as) recém-aposentados(as) se viu obrigado a montar um acampamento na marquise do Palácio do Buriti, em novembro passado. Foram nove dias de vigília até que o GDF atendessem ao pleito e o ato fosse encerrado.

À época, a diretora da Secretaria de Assuntos dos Aposentados, Sílvia Canabrava, disse que "precisamos continuar denunciando o governador Rollemberg, exigindo que ele pague o passivo trabalhista a esses(as) profissionais, que estão sendo lesados(as) duas vezes: quando estavam em sala de aula e não puderam usufruir da licença-prêmio; e agora, aposentados(as), quando não recebem as pecúnias".

Iprev - O governo de Rodrigo Rollemberg (PSB) decidiu, pela segunda vez, movimentar os recursos do Instituto de Previdência dos Servidores do Distrito Federal (Iprev). Movimentou R\$ 1,2 bilhão em 2015, em troca de terrenos da Terracap. Ano passado, sem conhecer o valor de mercado do Banco de

Brasília (BRB), o GDF colocou as ações da instituição como moeda de troca para uso do superávit do Iprev, rendendo aos cofres públicos cerca de R\$ 493 milhões.

A coordenadora de Finanças do Sinpro, Rosilene Corrêa, adverte que "a grande questão é que, sem um plano claro de arre-

nas costas dos(as) servidores(as) públicos(as)".

Enquanto isso, a recorrência em utilizar os recursos do Iprev vai se perpetuando e está se tornando uma política de governo, escondendo problemas de gestão.

"Os(as) servidores(as) só podem repudiar este tipo de

prática e lutar para evitar a dilatação do Iprev, cujo resultado pode ser o não pagamento de aposentadorias a médio e longo prazos", avalia a diretora.

O Ministério Público de Contas do DF contestou o remanejamento de recursos do Iprev de 2015 e ainda está analisando o caso de 2016.



Vigília dos aposentados em frente ao Palácio do Buriti

“São muitas as perversidades que dão a dimensão desse movimento (do GDF) contra a escola pública”

Cláudio Antunes, diretor do Sinpro

cação e desenvolvimento para o Distrito Federal, Rollemberg joga a responsabilidade de governar - e a consequente falta de recursos -



José Paulo de Oliveira - ECOM

ISONOMIA SALARIAL É LEI. GDF, CUMPRA A META 17

UMA DAS LUTAS DA CATEGORIA É FAZER VALER ESTA META DO PLANO DISTRITAL DE EDUCAÇÃO, QUE PRECONIZA A MÉDIA SALARIAL COM AS CARREIRAS PÚBLICAS DE NÍVEL SUPERIOR DO DF EM UM PERÍODO DE 4 ANOS

O respeito e a valorização dos(as) profissionais da educação da Rede Pública de Educação Básica, ativos (as) e aposentados (as), têm sido uma das grandes lutas desta categoria ao longo dos anos. Para tanto, a campanha salarial tem convergido para a necessidade de fazer valer a Meta 17 do Plano Distrital de Educação (PDE), que preconiza a isonomia salarial. Esta exigência dos(as) professores(as) e orientadores(as) educacionais é uma forma de equiparar seu vencimento básico, no mínimo, à média da remuneração das demais carreiras de servidores públicos do Distrito Federal, com nível de escolaridade equivalente, até o quarto ano de vigência deste PDE.

De 2002 a 2013, a categoria vem acumulando reajustes que superam o índice inflacionário, conquista observada, também, no poder aquisitivo do salário. A partir de 2015, constatamos uma média de 10% de perda salarial. É com esta preocupação que a Meta 17 do PDE define a necessidade de se chegar à média salarial com as carreiras públicas de nível superior do Distrito Federal num período de 4 anos. Em 2016, segundo dados do Dieese, a categoria deveria ter tido o reajuste de 18%, mas o governo Rodrigo Rollemberg (PSB) preferiu manter o calote e nem sequer pagou a tabela de setembro de 2015.

No acumulado de 2015 e 2016 tivemos uma somatória de perdas representadas com os calotes do GDF, a inflação e a média das demais carreiras. É neste cenário



Até audiência pública na CLDF foi realizada para este debate

que o Dieese calcula o índice de 18% de ganho que a categoria precisa ter neste momento. Trata-se de um cálculo que deve ocorrer ao longo da vigência da Meta 17.

É diante disto que os(as) professores(as) e orientadores(as) educacionais exigem a implantação do PDE, sancionado pelo próprio governador em 2015, bem como a Meta 17 do Plano Nacional de Educação (PNE) e as tabelas salariais do Plano de Carreira.

Perdas com os calotes do GDF

Ao longo de seu governo, Rollemberg impôs uma série de outras perdas, como, por exemplo, o não reajuste do auxílio-alimentação, o não pagamento da pecúnia da licença-prêmio aos(as) recém-apos-

entados(as), a não convocação dos(as) concursados(as), entre vários outros prejuízos à categoria e à educação.

A política do governo Rol-

“Em 2016, de acordo com o Dieese, a categoria deveria ter recebido reajuste de 18%”

lemberg é a de retirar da competência do Estado a oferta dos serviços públicos para privatizá-los e, para isso, demoniza o(a)

servidor(a) público(a), atribuindo a ele a culpa por uma suposta falta de dinheiro no orçamento. Ele mente, sem nenhum respeito pela população, que paga impostos cada vez mais elevados, ao dizer que não há dinheiro. Sem transparência, o GDF não apresenta o que realmente tem nos cofres públicos, os quais recebem, diariamente, milhões em impostos. Não investe na cidade e abandona os serviços públicos. O dinheiro simplesmente desaparece.

O governo tem administrado mal o conjunto de verbas do GDF e os(as) trabalhadores(as) não aceitarão perdas no salário para a inflação e suspensão de avanços da categoria. A isonomia com o

nível superior com o GDF, caso o governo tivesse pago a tabela de setembro de 2015 e iniciado o processo do cumprimento da Meta 17, estaria hoje muito mais atrativa do que iniciou o ano de 2015, quando o governo interrompeu este processo de diálogo.

Daí a necessidade de se entender que quando se fala em 18%, estamos levando em consideração que a tabela paga hoje é a de março de 2015, já que o GDF insiste em não pagar a de setembro de 2015. O Sinpro exige, portanto, o respeito ao índice de 18% como início da implantação da Meta 17.

Campanha #RollembergMente

De iniciativa da CUT Brasília, a campanha #RollembergMente visitou as regiões administrativas do Distrito Federal nos meses de novembro e dezembro. Durante este período, o boneco inflável de um porquinho foi posicionado nas proximidades das escolas e em pontos estratégicos das cidades, levando à população, à comunidade escolar e também aos estudantes, o debate sobre o descaso do governo Rollemberg com a educação pública do DF.

A campanha dialogou com os problemas que a população tem sofrido, fruto do descaso do GDF; e com os calotes e mentiras proferidos por Rollemberg ao longo de seu governo. Durante as visitas foram distribuídos materiais informativos para a comunidade escolar e para a população.

Deiva Garcia



No último dia do Congresso, a diretoria eleita da CNTE toma posse

33º CONGRESSO DA CNTE REFORÇA A LUTA PELA DEMOCRACIA E VALORIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO

EVENTO CONTOU COM A PARTICIPAÇÃO DO EX-PRESIDENTE LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA, QUE DISCURSOU NO PRIMEIRO DIA

Entre os dias 12 e 15 de janeiro ocorreu, no Centro de Convenções Ulysses Guimarães, o 33º Congresso Nacional CNTE – Paulo Freire: Educação Pública, Democracia e Resistência. Reunindo cerca de 2500 delegados sindicais de todo o país, o evento contou com a presença do ex-presidente Luiz Inácio

Lula da Silva (PT), que fez um discurso contundente no primeiro dia.

Focando boa parte da sua fala na educação, Lula foi categórico ao afirmar que “não teremos uma boa escola se a comunidade não for chamada para construir essa escola, que precisa fazer parte da vida da comunidade”. De acordo com o ex-presidente, “a educação é o investimento mais barato, mais produtivo e o que dá o maior retorno ao país”. Para ele, “o governo atual está jogando pela janela a oportunidade de o Brasil se tornar uma grande nação, através da educação, pois a grandeza de um país se mede pela educação que o Estado dá”.

Sobre o governo ilegítimo de Michel Temer (PMDB), Lula afirma que “não há legitimidade de quem chegou ao poder sem voto, entrando pela porta dos fundos”. Para ele, o governo atual “começou a destruir

um país que nós começamos a construir. Eles não deram o golpe para fazerem um governo melhor do que o nosso e sim, para destruir o que construímos”, finaliza.

Antes de Lula, durante a cerimônia de abertura, Roberto Franklin de Leão, então presidente da CNTE endossou que, diante este cenário sombrio, com Leis da Mordada e reforma do Ensino Médio, que “mais do que nunca, somos Paulo Freire, defendendo a educação e o desenvolvimento pleno das pessoas, por uma educação que liberte e não que adestre os estudantes”, diz.

Já a estudante Ana Júlia Ribeiro, que ganhou notoriedade após o discurso que fez no Paraná defendendo a ocupação dos estudantes contra as medidas impostas pelo governo golpista de Temer, deixou claro que “em 2016 fomos a categoria mais combativa contra o golpe. E



Delegados de várias regiões do Distrito Federal, participaram do 33º Congresso da CNTE

em 2017 vai ter luta, sim. Não aceitaremos nenhum retrocesso para a educação”, afirma.

João Felício, da CSI, foi enfático ao defender que “com traidor (no caso, o PMDB), aliança, nunca mais. Se o outro lado nunca foi com a nossa cara, nós também não devemos engoli-los. A luta é de classes”. Vagner Freitas, presidente da CUT, foi direto ao ponto, ao dizer que “não reconhecemos esse governo golpista e nossa função é derrubá-lo o mais rápido possível, pois não há acordo com governo que não tem legitimidade”.

Antonio Lisboa (CUT e CNTE) resumiu o evento ao dizer que “nosso Congresso acontece em um momento histórico e grave. Nós passamos por um processo de golpe de Estado e efetivação desse golpe, com a tentativa de retirada dos direitos e entrega do patrimônio dos brasileiros(as) para o capital internacional. Pelo outro lado, realizar esse Congresso, em 2017, em Brasília, é extremamente importante para levarmos para todo o país e outros países a denúncia do governo golpista”, esclarece.

“Só com a classe trabalhadora nas ruas nós teremos condições de derrubar o golpe”, afirmou Jandira Uehara, da CUT. Segundo ela, o governo atual não quer retroceder nas políticas dos governos de Lula e Dilma. Quer ir além, “quer o des-

monte das leis trabalhistas criadas ao longo do século XX”.

De acordo com Berenice D’Arc (Secretária Executiva da CNTE e Diretora do Sinpro), “a presença de Lula na abertura do Congresso desperta o ânimo para vencer esse cenário que se apresenta, com ações contundentes contra os (as) trabalhadores (as) e contra nossas lutas históricas. O Congresso é para preparar a todos e a todas para as lutas em 2017, que serão duras”.

Com a participação do sociólogo Emir Sader, do músico e ativista Tico Santa Cruz, da estudante paranaense Ana Júlia Ribeiro, do ex-ministro Eugênio Aragão, além de representantes da CNTE, CUT, CTB, Intersindical e de partidos políticos, como o PT, PC do B e PCO, o Ato em Defesa da Democracia fechou o segundo dia do 33º Congresso Nacional da CNTE - Paulo Freire: Educação Pública, Democracia e Resistência.

Eugênio Aragão lembrou que “além da oposição da direita, temos que enfrentar a oposição à democracia. Inimigos da democracia. Contra inimigos, lutamos”, aponta. Tico Santa Cruz ressaltou que “é importante lutar, pois assim semeamos um futuro melhor para as próximas gerações”. Para o músico, “a história vai deixar claro quem defendeu a democracia e ofereceu sua voz para quem não cometeu nenhum crime”.

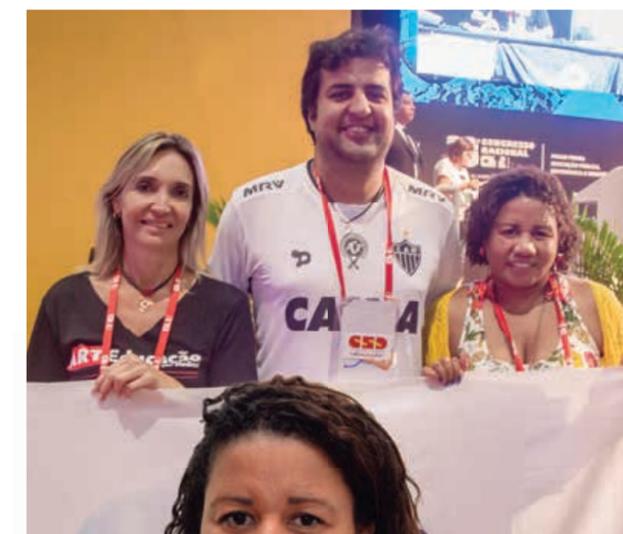
O deputado Paulo Pimenta (PT-RS) afirmou que “Temer não tem uma equipe, possui uma quadrilha”. Para o parlamentar, “vamos voltar melhores, antes que os golpistas imaginam, pois nós aprendemos com os nossos erros”.

Para Gabriel Magno, diretor do Sinpro, o evento serviu para fortalecer a luta. “O mais importante foi o fato de o Congresso terminar com uma grande unidade dos(as) trabalhadores(as) em educação, para fazerem resistência ao golpe e perante a retirada de direitos. A nossa resistência se fará na Greve Nacional, que foi aprovada e será realizada no dia 15 de março”.

Os dias seguintes foram dedicados para as plenárias deliberativas, reunião dos coletivos e eleições para a direção executiva e conselho fiscal da entidade.

“O Congresso serviu para preparar a todos e a todas para as lutas em 2017, que serão duras”

Berenice D’Arc, diretora do Sinpro



O FIM DA PREVIDÊNCIA SOCIAL DO BRASIL

A ESCALADA NEOLIBERAL DO GOVERNO MICHEL TEMER DEVASTA DIREITOS DA CLASSE TRABALHADORA, DESMONTA A SEGURIDADE SOCIAL, INSTALA A INSEGURANÇA JURÍDICA, VIOLA TODAS AS LEGISLAÇÕES E ATENTA CONTRA OS DIREITOS HUMANOS

Durante a primeira semana de janeiro, uma única manchete, estampada no site da Câmara dos Deputados, mostrava a pressa do presidente da Casa, Rodrigo Maia (DEM-RJ), em aprovar as reformas com que o governo pretende destruir direitos sociais duramente conquistados pelos brasileiros: “Maia: reformas trabalhista e da Previdência devem ser aprovadas no primeiro semestre”.

A Proposta de Emenda à Constituição nº 287/2016 (PEC 287), de autoria do Executivo, reforma a Seguridade Social e estabelece regras de transição excludentes, aprofundando as desigualdades sociais que os governos democrático-populares tentaram minimizar nos últimos 13 anos. As medidas contidas na PEC quebram cláusulas pétreas da Carta Magna.

Especialistas afirmam que a reforma da Previdência do governo Temer é perversa e promove a injustiça social para assegurar os lucros do sistema financeiro. O próprio governo admite que o objetivo é garantir o pagamento da dívida do país com os bancos. Auditorias feitas em outros países comprovaram que a dívida dos Estados com os bancos faz parte de um esquema fraudulento que controla os poderes financeiro e político dos países supostamente endividados.

“Trata-se de um megaesquema de corrupção institucionalizado que leva mais da metade do Orçamento dos países”, acusa a coordenadora nacional da Auditoria Cidadã da Dívida, Maria Lucia Fattorelli. As medidas são tão impopulares que o governo só conseguiu aprovar a admis-



As mobilizações crescem a cada dia contra estes projetos que atacam os direitos

sibilidade da PEC na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara, em dezembro, após 12 horas de intensos debates, por 31 votos contra 20, e de forma atropelada. Não houve leitura do parecer do relator, deputado Alceu Moreira (PMDB-RS).

“A CCJ foi palco de manobras absurdas, como a substituição dos membros da comissão por meio do WhatsApp; atropelo de normas regimentais; rejeição a pedido de audiência pública formulado pelos importantes institutos que defendem o direito previdenciário. Enfim, foi um vale-tudo para aprovar a admissibilidade da PEC nº 287”, denunciou Fattorelli, no Facebook.

Campanha Milionária – A dificuldade de aprovar a admissibilidade da PEC se justifica: os políticos não querem se com-

prometer com medidas antipopulares às vésperas das eleições de 2018. Maia ameaça: diz que, se as reformas não avançarem, o desemprego continuará a subir e o país não voltará a crescer.

“**Os novos pensionistas podem receber menos que o piso, se a PEC for aprovada**”

Especialistas dizem que esse tipo de discurso é feito para docilizar a opinião pública. Tanto é que, para tentar aprovar a PEC nº 287, o governo está disposto a investir mais de R\$ 50 milhões em uma

campanha para reverter a rejeição da população.

O objetivo do governo é claro: facilitar o acesso do sistema financeiro ao dinheiro da Previdência superavitária do país. A reforma estabelece regras de transição que pioram a situação dos(as) trabalhadores(as) e retira a proteção social de 40 milhões de brasileiros(as) que ainda estão fora da Previdência Social, além de não elevar o teto do Regime Geral da Previdência Social (RGPS/INSS). Vale lembrar que mais de 60% dos(as) beneficiários(as) do sistema só recebem um salário mínimo.

A nova reforma fere direitos, promove cortes e protela a aposentadoria dos(as) trabalhadores(as) da iniciativa privada e dos serviços públicos, mas não resolve o problema econômico da Previdência do setor público. A rigor, os recur-

sos supostamente “economizados” não serão usados para melhorar as aposentadorias do INSS, e sim para pagar os juros de uma dívida pública não auditada.

Pensionistas na Pobreza – Com a reforma, cerca de quatro milhões de pensionistas vão ganhar menos que o salário mínimo. O jornal Valor Econômico afirma que 55% do total de 7,41 milhões de pensionistas da Previdência Social ganham, atualmente, o piso nacional. Com a proposta do governo, esses benefícios serão desvinculados do salário mínimo e as correções serão feitas apenas com base somente na inflação.

Os(as) novos(as) pensionistas, por sua vez, caso o texto da PEC nº 287 seja aprovada como está, poderão receber menos que o piso. Pela proposta, o benefício será equivalente a 50% do valor da aposentadoria mais 10% para cada dependente que o segurado tiver. Assim, uma viúva sem filhos vai receber 60% do valor.

Aqueles que recebem benefícios de amparo assistencial (LOAS) também terão seus vencimentos desvinculados da política de reajuste do salário mínimo. Pelo último Boletim Estatístico da Previdência Social, são quase 4,4 milhões de pessoas, dos quais menos de dois milhões de idosos e 2,4 milhões de pessoas com deficiência.

O deputado federal Paulo Teixeira (PT-SP) explica que o direito à Previdência integra o rol dos direitos humanos e está assentado no artigo 6º da Constituição Federal e no artigo 9º do Protocolo de São Salvador (Decreto nº 3.321/99, c/c artigo 5º, § 2º, da Constituição).

PEC 287 É INCONSTITUCIONAL E ATENTA CONTRA A DIGNIDADE

A PEC Nº287/2016 VIOLA A CONSTITUIÇÃO, ANULA LEIS EM VIGOR, PREJUDICA A TODOS INDISTINTAMENTE PARA FAVORECER O SISTEMA FINANCEIRO E MEGAEMPRESÁRIOS NACIONAIS E INTERNACIONAIS. PELO MENOS 11 ITENS DO PROJETO OFENDEM A CLÁUSULA PÉTREIA CONSAGRADA NO ARTIGO 60, § 4º, IV, DA CONSTITUIÇÃO. CONFIRA NO QUADRO A SEGUIR:

1 – A PEC cria entraves à aquisição dos benefícios previdenciários e os reduz brutalmente, inviabilizando seu exercício.

2 – Viola o “princípio do não retrocesso”, e, consequentemente, os princípios da dignidade humana e da segurança jurídica. O princípio do não retrocesso é um dos preceitos norteadores do ordenamento jurídico brasileiro. Está preconizado na Convenção Americana sobre Direitos Humanos de 1969, que obriga o Estado a preservar os direitos sociais concretizados.

3 – Revoga regras de transição das PEC nº 20/1998 e nº 41/2003. Ao revogá-las, retira a garantia fundamental dos trabalhadores (as) amparados(as) por elas, além de conferir retroatividade às novas regras propostas e atribuir tratamento desigual aos (às) servidores (as) públicos (as) em igualdade de posições exclusivamente em virtude da idade deles.

4 – Ofende tratamento anti-isonômico entre homens e mulheres ao estabelecer a mesma idade mínima para aposentadoria para homens e mulheres. Ou seja, institui tratamento igual aos desiguais e retira o tratamento protetivo conferido às mulheres pela Constituição.

5 – Ao propor alteração das idades para aposentadoria compulsória e voluntária sempre que se verificar

aumento da expectativa de vida da população e ao fazê-lo sem nem sequer determinar se essa mudança ocorrerá mediante emenda, lei ou automaticamente, com isso, institui a insegurança jurídica no país.

6 – Ainda atentando contra a segurança jurídica e contra o princípio da dignidade humana, não prevê a hipótese contrária, em que se verifica a redução da expectativa de vida. Essa tendência é real e, hoje, é reconhecida, por exemplo, nos Estados Unidos da América (EUA) por causa de problemas coletivos de saúde que também acometem a população brasileira.

7 – Reduz o valor de benefícios importantes, como a Pensão por Morte e a Acumulação de Benefícios. Com isso, a PEC nº 287/2016 ataca os princípios da segurança jurídica e da dignidade humana, bem como o princípio do não retrocesso, ao estabelecer redutores significativos para benefícios adquiridos após longo período de contribuição de forma injustificada.

8 – Fere o princípio da solidariedade, o qual norteia o regime previdenciário estabelecido pela Constituição. Ao violar esse princípio, impõe um enorme sacrifício aos contribuintes do sistema para sustentar os(as) atuais aposentados(as), com a perda de direitos futuros daqueles. A solidariedade não pode ser uma via de mão única, com o sacrifício de direitos de alguns em prol de outros.

9 – Institui a desvinculação da Pensão por Morte do salário mínimo. Essa proposta é considerada um dos mais perversos aspectos da PEC. Atinge, majoritariamente, a população de baixa renda. Ao excepcionar a aplicação do § 2º, do artigo 201, da Constituição, no cálculo da pensão por morte, a PEC retira uma proteção fundamental dos beneficiários, privando-os do mínimo necessário à subsistência, o que ofende profundamente os direitos sociais dos trabalhadores.

10 – Viola a Constituição ao alterar completamente o regime previdenciário do(a) trabalhador(a) rural, retirando-lhe o caráter assistencial e protetivo reconhecido constitucionalmente pelo estado de vulnerabilidade desses(as) trabalhadores(as). Impõe idade mínima elevada a trabalhadores(as) que começam sua vida produtiva ainda na infância, além de exigir deles(as) a comprovação do recolhimento de contribuições pelo período mínimo de 25 anos, equiparando-os(as) aos(as) trabalhadores(as) urbanos e ignorando as peculiaridades e dificuldades da atividade rural.

11 – Acaba com a aposentadoria especial para professores(as) e priva a categoria de receber o benefício integral da aposentadoria por causa da alta rotatividade do setor. “Para um professor, a reforma pode representar um acréscimo na exigência para se aposentar superior a 400% em anos trabalhados”, afirma Sílvia Barbara, diretora da Federação Estadual dos Professores do estado de São Paulo (Fepesp), em entrevista ao Seu Jornal, da TVT.

PREVIDÊNCIA PÚBLICA É PATRIMÔNIO DO TRABALHADOR BRASILEIRO

Em entrevista ao Sinpro, Maria Inez Rezende dos Santos Maranhão (foto), presidente da Fundação Anfip, afirma que a reforma acaba com o direito à previdência pública e solidária e abre espaço para a previdência privada, que pode simplesmente quebrar e deixar o(a) aposentado(a) sem benefício algum na velhice, mas garante lucros abundantes e sem risco algum para o setor financeiro, como aconteceu em vários países ricos no início dos anos 2000.

“Cada item que leio dessa proposta fico mais assustada. Ela mexe profunda-

mente nas leis previdenciárias, dizima com os direitos, iguala o RPPS ao RGPS e acaba com a Seguridade Social pública, conquistada após muita luta dos trabalhadores”, comenta Maria Inez. Por causa disso, a Frente Parlamentar Mista em Defesa da Previdência Social iniciou uma campanha, com foco nas redes sociais e em páginas eletrônicas, contra a PEC nº 287/2016. Vai compartilhar mensagens de repúdio à proposta do Executivo e alertar a sociedade sobre as ameaças de precarização e retirada de direitos previdenciários de toda a população.

Sinpro – O que vai acontecer com a previdência dos(as) servidores(as) públicos(as)?

Maria Inez – Perdem direitos previstos no RJU. O funcionalismo público distrital, estadual e municipal perde, por tabela, porque a proposta mexe profundamente nos direitos previdenciários de todos os regimes jurídicos de servidores, levando-os a um prejuízo histórico. A reforma da Previdência do governo Michel Temer desmancha a Lei nº 8.112/90 e as leis previdenciárias: Leis nº 8.212/91 e 8.213/91.

Sinpro – Quais são os prejuízos?

Maria Inez – Além de igualar a idade de aposentadoria entre homens e mulheres e aumentar a idade mínima para aposentadoria para 65 anos, para se aposentar com o valor integral do salário, os servidores públicos e trabalhadores da iniciativa privada

terão de contribuir 49 anos.

Sinpro – Ela prejudica os(as) professores(as)?

Maria Inez – A contrarreforma afeta diretamente a categoria docente porque acaba com a aposentadoria especial dos professores e prejudica muito o profissional de todas as esferas da União. O docente que trabalhava direto em sala de aula até o Ensino Médio e tinha o direito constitucional de cinco anos a menos de tempo de contribuição perderá essa prerrogativa.

Sinpro – Quem terá direito à aposentadoria especial?

Maria Inez – A proposta do governo Temer só admite aposentadoria especial para quem trabalha com agente nocivo à saúde, ou seja, com produto químico, rede de alta tensão, túnel em subsolo, plataforma de petróleo etc. Assim,

mesmo que tenha assegurado aposentadoria especial e já exista a legislação para isso, a contrarreforma de Temer prevê nova regulamentação para a aposentadoria especial e quem trabalha com atividade de risco, como é o caso do professor, não irá mais ter direito à aposentadoria especial. A aposentadoria do professor foi simplesmente eliminada porque não é risco à saúde. Seria um risco psicológico, o que é considerado, agora, outro assunto. Foi dizimada. Quem não tem o direito de aposentar até o dia em que ela for promulgada, se o texto não for alterado até lá, e se o Congresso Nacional aprovar do jeito que o Poder Executivo encaminhou, não aposentar com cinco anos a menos. Se faltar um mês para se aposentar, começa a ter de trabalhar por mais cinco anos, que é a diferença.



“
Cada item que leio
dessa proposta fico mais
assustada. Ela mexe
profundamente nas leis
previdenciárias, dizima com
os direitos, iguala o RPPS
ao RGPS e acaba com a
Seguridade Social pública,
conquistada após muita luta
dos trabalhadores

Maria Inez, presidente
da Fundação Anfip

PEC 287 MODIFICA 8 ARTIGOS DA CONSTITUIÇÃO E DESMONTA A SEGURIDADE SOCIAL PÚBLICA

CONFIRA COMO FICA O SISTEMA CASO A REFORMA DA PREVIDÊNCIA PROPOSTA PELO GOVERNO TEMER SEJA APROVADA PELO PARLAMENTO NACIONAL

A PEC nº 287/16 foi enviada ao Congresso Nacional com o argumento de que é preciso alterar radicalmente a Previdência porque ela é deficitária. Na mesma semana em que o presidente Michel Temer enviou a proposta que dificulta o acesso do(a) trabalhador(a) ao direito à aposentadoria, o ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, acertou novo Refis para perdoar dívidas de empresas devedoras contumazes do Sistema de Seguridade Social.

O novo Refis perdoa 90% das multas e propõe parcelar as dívidas de empresas em até 240 prestações. Haverá corte de 90% das multas, juros e encargos. Poderão ser incluídas dívidas contraídas até 30 de junho de 2016. Essa contradição acontece porque a reforma da Previdência está no coração do ajuste fiscal proposto pelo Planalto, o qual está sendo imposto por meio de medidas provisórias, emendas à Constituição e projetos de lei.

O programa de perdão das dívidas tributárias e previdenciárias para empresários sonegadores será adotado em troca de o(a) devedor(a) caloteiro(a) retomar o pagamento de parcelas mensais de seus débitos. O novo Refis (Programa de Recuperação Fiscal) é uma fórmula usada no Brasil de maneira recorrente. Já houve 27 parcelamentos de dívidas com desconto desde 2000.

O fato é que PEC nº 287/16 altera oito artigos da Constituição Federal para desmontar a Seguridade Pública, transforma o direito social à aposentadoria em mercadoria e justifica o repasse desse setor ao sistema financeiro. Para isso, o governo Temer divulga pela mídia que o rombo da Previdência está em



A PEC nº 287/2016 é mais um projeto que em breve será avaliado pelo Congresso mais conservador da história

R\$ 149 bilhões e que, em 2017, sobe para R\$ 181 bi. Mas, para o governo Temer, não basta repassar o superávit da Previdência aos banqueiros: ele quer entregar o setor da Seguridade Social ao sistema financeiro.

Em uma única emenda constitucional, o governo desvia o superávit da Seguridade para pagamento de uma dívida pública nunca auditada; atende à pressão do empresariado sonegador que quer acabar com o direito à aposentadoria e outros direitos trabalhistas; e, finalmente, entrega a Seguridade Social ao ramo do mercado financeiro que explora a previdência privada.

Denise Gentil, professora e pesquisadora do Instituto de Economia (IE) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), desconstrói os mitos oficiais que omitem a realidade da Previdência Social brasileira. Em

tese de doutoramento divulgada recentemente, ela assegura que está em curso uma gigantesca farsa contábil que transforma em déficit o superávit do sistema previdenciário, que atingiu a cifra de R\$ 1,2 bilhão, em 2006.

“
Está em
curso uma
gigantesca
farsa contábil
que transforma
em déficit o
superávit

Denise Gentil,
pesquisadora da UFRJ

Intitulada “A falsa crise da Seguridade Social no Brasil: uma análise financeira do período 1990 – 2005”, a professora da

vador ganhou terreno no meio político e no meio acadêmico e que a questão central para as sociedades ocidentais deixou de ser o desenvolvimento econômico e a distribuição da renda, proporcionados pela intervenção do Estado, para converter-se no combate à inflação e na defesa da ampla soberania dos mercados e dos interesses individuais sobre os interesses coletivos”.

Diz também que um sistema de seguridade social que fosse universal, solidário e baseado em princípios redistributivistas conflitava com essa nova visão de mundo e que o principal argumento para modificar a arquitetura dos sistemas estatais de proteção social, construídos num período de crescimento do pós-guerra, foi o dos custos crescentes dos sistemas previdenciários, os quais decorriam, principalmente, de uma dramática trajetória demográfica de envelhecimento da população.

“A partir de então, um problema que é puramente de origem socioeconômica foi reduzido a um mero problema demográfico, diante do qual não há solução possível a não ser o corte de direitos, redução do valor dos benefícios e elevação de impostos. Essas ideias foram amplamente difundidas para a periferia do capitalismo e reformas privatizantes foram implantadas em vários países da América Latina”, analisa a professora.

Assim como Gentili, a Anfip e a Auditoria Cidadã da Dívida têm denunciado as mentiras dos governos neoliberais para retirar direitos sociais; desviar o superávit da Seguridade para o sistema financeiro; acabar com o direito à aposentadoria e privatizar a Previdência, a Saúde e a Assistência Social Públicas.



Previdência Social

Entenda o que muda para a categoria

Projeto enviado ao Congresso Nacional prevê o fim da aposentadoria especial para professor(a), idade mínima mais alta e tempo de contribuição maior para se aposentar integralmente.

Vários setores da Educação já estão se articulando nacionalmente para uma grande campanha em defesa da aposentadoria do professor(a) e orientador(a) educacional. Participe desta mobilização você também!

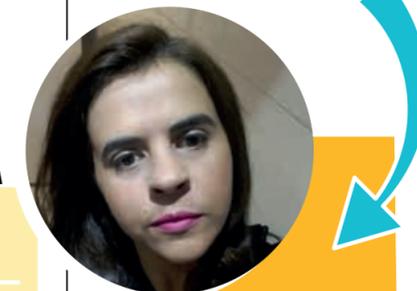
Entenda o que muda para os (as) professores (as)

	Como é hoje	Proposta governo Temer
IDADE	Homem - 55 anos Mulher - 50 anos	65 anos , idade mínima
CONTRIBUIÇÃO (APOSENTADORIA INTEGRAL)	Homem - 30 anos Mulher - 25 anos	49 anos de contribuição para todos(as)
VALOR DA APOSENTADORIA	Os (as) professores (as) se aposentam com salário integral e paridade.*	A aposentadoria será calculada de acordo com a média de todas as contribuições e não haverá mais paridade
Regras válidas para os professores da rede pública do Distrito Federal. *Os professores contratados até 31 de dezembro de 2003 têm direito a paridade e integralidade, e os que ingressaram no serviço público a partir do dia 1º de janeiro de 2004 recebem com paridade por ausência de regulamentação específica no Distrito Federal.		

Entenda o que muda para os (as) orientadores (as)

	Como é hoje	Proposta governo Temer
IDADE	Homem - 60 anos Mulher - 55 anos	65 anos , idade mínima
CONTRIBUIÇÃO (APOSENTADORIA INTEGRAL)	Homem - 35 anos Mulher - 30 anos	49 anos de contribuição para todos(as)
VALOR DA APOSENTADORIA	Os (as) orientadores (as) se aposentam com salário integral e paridade.*	A aposentadoria será calculada de acordo com a média de todas as contribuições e não haverá mais paridade
Regras válidas para os orientadores educacionais da rede pública do Distrito Federal. *Os orientadores contratados até 31 de dezembro de 2003 têm direito a paridade e integralidade, e os que ingressaram no serviço público a partir do dia 1º de janeiro de 2004 recebem com paridade por ausência de regulamentação específica no Distrito Federal.		

VEJA A SIMULAÇÃO



Prof. Cristiana B. Rosa concursada da SEEDF, começou a lecionar aos **22 anos**, já tem **20 anos** de contribuição

Regra atual
Se aposentaria em **2025** com **50 anos**.

Proposta governo Temer
Se aprovada, vai se aposentar em **2046** com

71 anos

* para aposentadoria integral.

O Sinpro disponibiliza para a categoria um simulador, para verificar o quão danoso serão estas mudanças propostas pelo governo federal. Faça sua simulação e veja como ficará sua situação com as mudanças propostas pelo governo.

Acesse:
www.sinprodf.org.br/professor/simulador_aposentadoria

OCUPAÇÕES DAS ESCOLAS DÃO AULA DE DEMOCRACIA CONTRA PROJETOS IMPOSTOS PELO GOVERNO

NO DISTRITO FEDERAL, 16 ESCOLAS CHEGARAM A SER OCUPADAS PELOS ESTUDANTES. A PERSPECTIVA PARA O ANO É DE QUE A LUTA PROSSIGA E ESTES ATOS SE REPITAM POR TODO O PAÍS

As ocupações das escolas ao longo do ano passado foram o processo de resistência mais importante contra o golpe que está em curso no país. Elas surgiram atendendo a duas pautas principais: a reforma do ensino médio, a MP nº 746/2016, imposta pelo governo, sem nenhum debate com a comunidade escolar e a PEC nº 55/2016, antiga PEC nº 241/2016, que congela os investimentos sociais.

“Esta reforma quebra metas importantes do PNE. É um projeto imposto de ‘goela abaixo’, não poderíamos esperar nada diferente de um governo golpista, então ele impõe políticas dessa natureza”, atesta Berenice D’Arc, diretora do Sinpro.

As questões locais também influenciaram as ocupações. No primeiro semestre de 2016, os(as) alunos(as) ocuparam escolas do estado de São Paulo, pois o governo de Geraldo Alckmin (PSDB) reduzia o número de salas, fazendo com que os

estudantes mudassem de escola, necessitando que se deslocassem muito mais para ir estudar. O escândalo da merenda escolar também serviu de motivação. No Paraná, as ocupações também tiveram influência da conjuntura local, pois já havia um histórico de mobilizações contra o agressivo governo de Beto Richa (PSDB), basta lembrar do massacre contra os(as) professores(as). Em determinado momento, mais de 1000 escolas estavam ocupadas, apenas no estado. Então o movimento se espalhou pelo país.

De acordo com o diretor do Sinpro, Gabriel Magno Cruz, nas ocupações, os(as) estudantes protestavam contra cinco pontos desta reforma. O primeiro, da forma que ela foi realizada, através de uma canetada. “Para atender quem financiou a agenda do golpe, até porque o ensino médio privado foi quem mais perdeu dinheiro nos últimos anos, pois houve uma melhoria e universalização do ensino médio e democratização do ensino superior”, aponta.



Mobilizações estudantis por todo o país deixaram claro que os estudantes estão atentos ao cenário político

O segundo ponto, é sobre o conteúdo, retirando o caráter geral do ensino médio, no qual todos saem com a mesma formação. Com a reforma, muitos jovens terminarão o ensino médio sem essa formação plural. Com a divisão em cinco grandes áreas (português, matemática, ciências da natureza, ciências sociais e técnico profissionalizante), as escolas não conseguirão ofertar todas elas. “São Sebastião tem duas escolas de ensino médio, cada uma vai ofertar 2 ou 3 destas áreas. Um estudante da cidade que tem uma vocação específica e não a encontra nas escolas da cidade, vai ter que se deslocar mais para estudar o que deseja ou não vai estudar na área que gostaria”, diz o diretor.

A terceira motivação foi a ameaça de exclusão de disciplinas fundamentais, como filosofia, sociologia, artes e educação física. Mesmo com o recuo do governo, a reforma diminuiu o currículo

obrigatório e aumenta optativo. “O problema é que os vestibulares são baseados no currículo obrigatório. A reforma afasta o estudante de fazer uma prova do Enem, crítica e interdisciplinar e voltamos para

“Nenhum(a) estudante que participou das ocupações nas escolas é mais o(a) mesmo(a)”

Berenice Darc, diretora do Sinpro.

a ‘decobeba’. Quem ganha com isso é o setor privado, que pode ofertar esses ciclos, caso o estudante pague por isso”, aponta.

O aumento da carga horária é algo que é defendido. O problema é a concepção deste aumento e

como ficará a estrutura na escola para este aumento. “Se a PEC nº 55/2016 congela os investimentos em educação, como se vai aumentar a carga horária? Isso resultará em mais estudantes na sala de aula e professores(as) trabalhando mais. A regência obrigatória dos professores no DF será ameaçada, pois ele(a) terá que ir para sala, pois a carga horária aumenta, mas o recurso para a educação, não”, avalia Gabriel.

O último ponto é a contratação de professores(as) de “notório saber”. O Sinpro luta pela carreira do magistério, formação continuada, que a escolha seja uma profissão para a vida e não “um bico”.

Para Gabriel, o ensino médio precisa ser reformado, mas não desta forma. “Ele tem um conteúdo enorme, não dialoga com a vida da juventude. O ensino médio que queremos tem caráter geral de formação, diminuindo a quantidade de conteúdo, sendo mais

atraente para os(as) alunos(as). A propaganda que o governo faz que o ensino médio vai ser melhor, porque o(a) aluno(a) vai escolher o que estudar é falso. Não vai acontecer, pois a escolha será dos mesmos moldes, pois o que precisa ser reformado, que é o conteúdo programático, não vai ser alterado”, diz.

“Esse governo faz uma propaganda dizendo ‘que eu quero a reforma pois vou fazer opções para minha carreira’, mas isso me preocupa, pois vai tirar aspectos importantes na formação destes alunos. Quando o governo diz que amplia o número de horas, ele amplia, mas restringe a sua responsabilidade e deixa disso como opção dos estudantes”, afirma Berenice.

Para a diretora, “o governo pensa em escola integral, mas não quer formar um ser social e sim, formar o estudante apenas para o mercado de trabalho. Ele não pensa na formação do(a)aluno(a), que pense, que reflita. Essa reforma rompe com a perspectiva da formação do ser social”, enfatiza.

Ocupações no DF e repressão do GDF

Foram 16 escolas ocupadas no DF, com uma repressão desmedida do GDF, que crimi-

nalizou o movimento e não quis dialogar. O Governo de Brasília autorizou o corte no fornecimento de água e luz nas escolas ocupadas, impediu a entrada de comida, a visita de familiares e amigos, promoveu barulho para que os(as) alunos(as) não dormissem. Métodos de tortura contra adolescentes.

“A MP nº 746/2016 visa dar lucro para os donos das escolas particulares”

Gabriel Magno, diretor do Sinpro.

“O Secretário de Educação chegou ao absurdo em dizer que ‘as ocupações estavam atrapalhando a preparação dos(as) alunos(as) do ensino médio para o Enem’. Como se a culpa não fosse a própria falta de investimento do GDF nas escolas, se não fosse a falta de contratação

de professores (as)”, diz Gabriel. Aqui no DF, os estudantes deram uma aula de democracia e organização dentro das escolas e o GDF se assustou, pois ele não está preparado, ele não fez uma ação concreta para atender essas reivindicações do movimento estudantil. Ele repreendeu.

“Você via os estudantes se apoderando. Nenhum estudante que participou das ocupações na escola é mais o(a) mesmo(a). Hoje ele entende a perspectiva da gestão da escola. Eles organizaram os horários das atividades, eles organizaram a escola com a cara que poderia ter a reforma do ensino médio, uma escola com a participação de todos(as), com todos(as) opinando, com movimento, formação, cultura, em tempo integral.

E o GDF não soube lidar com isso, foi autoritário. Agir com a polícia contra uma manifestação de estudantes? Foi chocante ver as desocupações, o GDF travou uma guerra contra meninos e meninas, muitos deles menores de idade. A polícia armada, com capacete, cachorro e os estudantes do outro lado, armados apenas com gritos de guerra e suas bandeiras”, aponta.



Estudantes do CEM 304 Samambaia também se mobilizaram



Os alunos do CEMTN interromperam as suas atividades

Precarização das condições de trabalho e adoecimento do professor

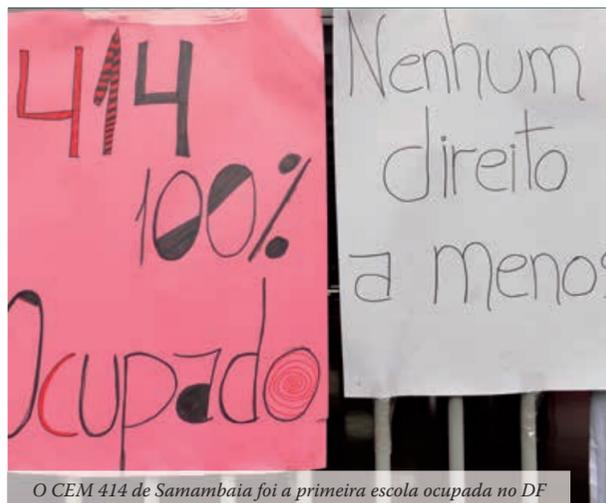
Entender o sofrimento do(a) professor(a) passa por compreender como se dá a luta entre os interesses de classe e, mais precisamente, como se dão os conflitos no mundo do trabalho, uma vez que esses conflitos podem significar uma precarização do trabalho, se pensarmos, por exemplo, nos níveis de exigências e expectativas que são posta ao professor(a). Na escola podemos identificar inúmeros fatores precarizantes como desconforto de instalações, o desconforto remuneratório, gestões autoritárias, perda do sentido de autoridade, exigências e expectativas infundadas no trabalho do professor(a) por parte de alunos(as), pais e do próprio professor(a). Tudo isso gera inúmeros conflitos e, conseqüentemente, muito sofrimento e que não raro redundam em adoecimento do professor(a) e por que não dizer,

da escola como um todo; os conflitos não necessariamente são ruins, porém, quando mal administrados, podem trazer mais sofrimento para o professor(a). Hoje o(a) professor(a) deve estudar mais, se preparar mais, disputar mais e preparar seus alunos(as) para, principalmente, disputar mais. A precarização do trabalho docente significa, dentre outros, o desmonte dos direitos trabalhistas. Daí a importância de se refletir sobre essa temática, sobre a lógica perversa do capitalismo, avaliando formas de manter garantias aos(as) professores(as) e alunos(as), que são o lado mais frágil do conflito na escola. Para o Grupo de Estudos e Práticas em Clínica Saúde e Trabalho – GEPSAT, “o reconhecimento é o processo de valorização do esforço e do sofrimento investido para realização do trabalho, que possibilita ao sujeito

a construção de sua identidade, traduzida afetivamente por vivência de prazer e de realização de si mesmo. Implica uma mobilização política e as condições para construir e modificar a realidade, resultado da negociação diante da multiplicidade de divergências e interesses inerentes ao trabalho. Relaciona-se de modo direto com o poder do trabalhador, compreendido como a capacidade de negociar e de influir no coletivo de trabalho. Este poder estrutura o processo de interação e interdependência mútua e encontra-se no centro da cooperação.” Daí e necessidade da valorização da ação coletiva, seja ela a participação das coordenações coletivas, a participação da ação política do Sindicato dos Professores, como instrumentos da compreensão dos conflitos e da dissipação dos sofrimentos.



Manoel Alves da Silva Filho – Diretor da Secretaria de Assuntos de Saúde do Trabalhador do Sinpro



O CEM 414 de Samambaia foi a primeira escola ocupada no DF

FALTA DE PROFESSORES E ORIENTADORES EDUCACIONAIS VAI COMPLICAR ANO LETIVO EM DIVERSAS ESCOLAS

O DÉFICIT NA REDE PÚBLICA DE ENSINO JÁ É DE PELO MENOS 2500 EDUCADORES. A DISCREPÂNCIA AUMENTA A CADA DIA, POIS O GOVERNO DE BRASÍLIA NÃO CONVOCA OS PROFISSIONAIS APROVADOS EM CONCURSO E PREENCHE AS VAGAS DEFINITIVAS COM PROFISSIONAIS TEMPORÁRIOS

Todos os anos é a mesma coisa. Quando o assunto são as carências de professores(as) e pedagogos(as)-orientadores(as) educacionais nas escolas públicas, o GDF continua patinando, o que agrava ainda mais o quadro do sistema público de ensino do DF e impede o adequado funcionamento das unidades escolares.

Apesar das propagandas do governo dizer o contrário, vão faltar profissionais nas escolas em 2017.

De acordo com o diretor de Imprensa do Sinpro, Samuel Fernandes, “o fato é que atualmente temos um déficit de pelo menos 2500 professores(as) e, com uma previsão de 2 mil novas aposentadorias

para o ano letivo de 2017, tanto é que já nas duas primeiras semanas de janeiro desse ano, foram publica-

das no DF as aposentadorias de 177 professores(as) e infelizmente nenhuma nomeação, portanto, inevitavelmente vão faltar professores na rede pública de ensino”.

Números não batem

Em 2016 houve 1177 aposentadorias de professores(as) e apenas um pouco menos de 200 docentes tomaram posse. Paralelamente, do concurso de 2013, 1070 professores(as) de diversas disciplinas aguardam as nomeações.

As provas do concurso para professor(a) aplicadas em janeiro de 2017 irão selecionar 2 mil profissionais. Além de o número ser pequeno, pelo cronograma de nomeações, apenas 600 poderão ser nomeados(as) em 2017, outros 600 em 2018, e 800 apenas em 2019.

Infelizmente, o governo precariza a educação pública, contratando professores(as) temporários(as) para vagas que deveriam ser ocupadas por professores(as) efetivos(as). “Todas as vacâncias de aposentadorias, por lei, devem ser ocupadas por professores(as) concu-

investir na Educação com a nomeação imediata de todos os professores e orientadores aprovados, reformando e construindo novas escolas, garantindo o pagamento do PDAF para que não falem materiais pedagógicos básicos, e o cumprimento da meta 17 do PDE para que os professores(as) e orientadores(as) recebam um salário justo”.

Pedagogos-Orientadores - A carência de pedagogos(as)-orientadores(as) educacionais na rede, desde a educação infantil até o ensino médio, não difere da de professores(as).

A realidade é a de menos de 700 profissionais atuando de fato na rede, sendo que o Plano de Carreira do Magistério Público do DF (Lei nº 5.105/13) prevê a criação de 1200 cargos.

“**Todas as vacâncias de aposentadorias, por lei, devem ser ocupadas por professores(as) concursados(as)**”

Samuel Fernandes,
diretor do Sinpro

A diretora da Secretaria de Formação Sindical do Sinpro, Meg Guimarães, explica que até 2014 foram dez anos sem concurso público para o cargo. “A pressão e a mobilização do Sinpro e da categoria garantiram, em 2014,



A categoria pressiona o Governo do Distrito Federal pelas nomeações

a realização de concurso público para esse segmento, Porém, a homologação se deu em março de 2015, ou seja, em março de 2017 o concurso vence. Nossa luta, então, é para que a validade desse concurso seja prorrogada por mais dois anos. É fundamental que a categoria lute pela nomeação desse pessoal”.

Meg alerta para o fato de que, diferentemente dos(as) professores(as), os(as) orientadores(as) educacionais não podem ser contratados(as) temporariamente. A única forma de garantir mais orientadores nas escolas é por meio de concurso público. Em 2016, o governo Rollemberg convocou apenas cinco orientadores. Restam ainda 1053 profissionais – do concurso de 2014 - aguardando a convocação.

Pressão do Sinpro na Câmara Legislativa assegurou, em outubro passado, a derrubada de veto de Rollemberg e abriu caminho para a nomeação de 280 orientadores(as) em 2017.

Mas a carência de orientadores(as) na rede é muito maior do que aquela apresentada pela Secretaria de Educação - cerca de 526. “Se considerarmos a vacância surgida nos últimos anos já ultrapassaremos esse número. Isso sem falar nas carências observadas no próprio Plano de Carreira e na portaria de modulação (Portaria nº 32, de 2012) - que estabelece um pedagogo-orientador educacional para cada grupo de 500 estudantes. Atualmente, há escolas com mais de 3 mil estudantes matriculados e com apenas um ou dois pedagogos orientadores educacionais para dar conta desse contingente”, destaca Meg.

A luta histórica do Sinpro - e que consta na pauta de reivindicações - é para ampliar o número de cargos no plano de carreira de 1200 para 1800 orientadores(as) e garantir, ao menos, um(a) orientador(a) para cada grupo de 300 alunos.

Vem aí a IV Caminhada, Corrida & Passeio Ciclístico do Sinpro

EVENTO DESTA ANO TRAZ ALGUMAS NOVIDADES, COMO O PASSEIO CICLÍSTICO. INSCRIÇÕES PODEM SER FEITAS A PARTIR DO DIA 13 DE FEVEREIRO, NO SITE DO SINDICATO

Depois das três edições de sucesso da Corrida e Caminhada do Sinpro, a Secretaria de Assuntos Culturais do sindicato inova e traz algumas novidades para a edição de 2017. Uma delas será a inclusão de um passeio ciclístico na já tradicional corrida de rua de Brasília, que acontece no dia 19 de março, no Parque da Cidade - Estacionamento 09. As inscrições para a **Caminhada, Corrida & Passeio Ciclístico do Sinpro**, que também comemora o 38º aniversário do sindicato, podem ser feitas a partir do dia 13 de fevereiro no site do Sinpro.

A exemplo dos outros anos, o Sinpro disponibilizará uma grande infraestrutura para receber os(as) participantes, incluindo espaço para entretenimento, com brinquedos para as crianças, espaço para massagem e alongamento, além de DJs. Todos(as) os(as) participantes da corrida, caminhada e passeio ciclístico receberão medalhas. Os troféus serão entregues para os três primeiros colocados das três categorias, que são divididas por gênero, idade e entre atletas sindicalizados(as) e não sindicalizados(as).

Para a diretora do Sinpro Thaís Romanelli, além de come-

morar os 38 anos do Sinpro, a corrida é uma atividade que incentiva e promove a qualidade de vida e o apoio à luta por uma educação pública de qualidade. “Será mais um momento de confraternização, de luta e de união. Esta atividade é uma forma de incentivar a atividade física de forma lúdica e, também, de mostrar nosso poder de mobilização diante de um momento difícil que está por vir, com uma possível greve”, analisa a coordenadora da Secretaria de Assuntos Culturais do Sinpro.

Mais informações na Secretaria de Cultura do Sindicato, no telefone 3343-4209.

INSCREVA-SE! CATEGORIA FORTE É A CATEGORIA UNIDA.



“AO CONDENAR UM (A) PROFESSOR(A) A TRABALHAR SEM PERSPECTIVA DE APOSENTADORIA, SÓ PODEMOS ENTENDER COMO A CONSAGRAÇÃO DE UM PROJETO QUE QUER LEVAR O PAÍS À MORTE.”

Rosilene Corrêa,
Diretora do Sinpro

“HÁ REGIÕES NO PAÍS EM QUE A EXPECTATIVA DE VIDA É MENOR QUE 65 ANOS, ONDE OS TRABALHADORES(AS) VÃO MORRER ANTES DE SE APOSENTAREM PELA IDADE MÍNIMA DE CONTRIBUIÇÃO.

NÓS TEMOS QUE LUTAR, TODOS(AS) DEVEM DEFENDER ALÉM DO PRÓPRIO FUTURO, O FUTURO DOS SEUS FILHOS(AS), QUE AINDA NEM TRABALHAM, MAS ESTÃO PRESTES A PERDER O DIREITO DE SE APOSENTAR.”

Vagner Freitas
Presidente da CUT